

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social** — Sedese

— 30/6/2022 —





Relatório de Reunião

*Relatório da reunião de prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social** — Sedese — entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2022, no âmbito do primeiro ciclo do **Assembleia Fiscaliza 2022***

Reunião conjunta das Comissões:

- Defesa dos Direitos da Mulher
- Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Direitos Humanos
- Esporte, Lazer e Juventude
- Trabalho, da Previdência e da Assistência Social
- Presidente da reunião: deputada Ana Paula Siqueira

Data: 30/6/2022

Horário: 14 horas

Local: Auditório José Alencar — Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Endereço:

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921



I – Apresentação

No dia 30/6/2022, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude e a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social receberam Elisabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2022.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique [aqui](#), ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br >> Acompanhe >> Eventos >> Assembleia Fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher: deputada Ana Paula Siqueira (presidenta), deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira (substituindo a deputada Andréia de Jesus) e deputado Duarte Bechir (substituindo a deputada Ione Pinheiro).

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência: deputada Ana Paula Siqueira e deputados Duarte Bechir (substituindo o deputado Doutor Paulo) e Fernando Pacheco (substituindo o deputado Leonídio Bouças).

Comissão de Direitos Humanos: deputada Leninha (vice-presidenta), deputadas Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Marquinho Lemos) e Ana Paula Siqueira (substituindo a deputada Andréia de Jesus) e deputado André Quintão (substituindo a deputada Leninha).

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude: deputada Ana Paula Siqueira (substituindo o deputado Fábio Avelar de Oliveira) e deputados Duarte Bechir (substituindo o deputado Mário Henrique Caixa) e Fernando Pacheco (substituindo o deputado Coronel Henrique).

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social: deputadas Ana Paula Siqueira (substituindo o deputado Betão), Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Celinho Sintrocel) e Leninha (substituindo o deputado André Quintão) e deputados Duarte Bechir (substituindo o deputado Douglas Melo) e André Quintão.

Demais presenças: deputados Roberto Andrade, Guilherme da Cunha e Bartô.

Poder Executivo: secretária Elisabeth Jucá e Mello Jacometti.

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, a presidenta dos trabalhos e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Ana Paula Siqueira, ao abrir a audiência, manifestou sua preocupação com a garantia das políticas de cunho social e assistencial, em sentido amplo, em especial dado o maior empobrecimento da população em razão da pandemia de Covid-19, cenário que exige ainda mais, em sua avaliação, a presença e o comprometimento do Estado. Nesse sentido, mencionou algumas demandas e temas que considera de maior relevância. Já a titular da Sedese, Elisabeth Jucá e Mello Jacometti, no início de sua fala, ressaltou que a pasta responde por sete políticas públicas: a de assistência social, a de direitos humanos, a de drogas, a de esportes, a de trabalho emprego e renda, a de habitação e a de segurança alimentar. Assim sendo, dada essa abrangência, foram feitos apenas alguns destaques em sua apresentação, após a qual se seguiu o debate com os parlamentares presentes. Nessa dinâmica, os principais temas discutidos estão abaixo detalhados.

- **Piso mineiro.** Regularização dos repasses atrasados entre 2019 e 2022, com o pagamento do passivo em nove parcelas até janeiro de 2023 e, em 2022, reajuste do valor anual, de R\$ 54 milhões para R\$ 81,7 milhões, e do de referência por família cadastrada no CadÚnico, de R\$ 2,20 para R\$ 2,40. Houve também uma atualização da base do CadÚnico, com a inclusão de 880 mil famílias.
- **Recupera Minas.** Em 2022, transferência de R\$ 94 milhões para 231 municípios mineiros para o atendimento de desabrigados e desalojados pelas chuvas, conforme parâmetros da Defesa Civil, e construção/reconstrução de 2.800 casas com recursos do BDMG habitação (R\$ 200 milhões).
- **Transferência de renda.** Apresentação dos repasses realizados e do número de beneficiários em 2020 por meio do Bolsa Merenda (em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, que também aportou recursos) e do Renda Minas e, em 2021, por meio do Auxílio Emergencial Mineiro (Força Família, em parcela única de R\$ 600,00). Em relação ao primeiro semestre de 2022, não foram apresentados dados.
- **Rede Cuidar.** Ampliação dos recursos do programa, que, por meio de diversas ações, visa ao fortalecimento das organizações sociais integrantes da rede de proteção socioassistencial, com o aporte de R\$ 25 milhões em emendas parlamentares e de R\$ 7 milhões da Loteria Estadual de Minas Gerais ocorrido em 2021, cujo atendimento está sendo realizado em 2022, contemplando 76 unidades de acolhimento a segmentos em situação de vulnerabilidade. Em 2022, previsão de atendimento a 27 municípios que ofertam o serviço Família Acolhedora com recursos da ordem de R\$ 3 milhões e também previsão de 70 unidades de acolhimento e, em 2023, mais 100 unidades.
- **Trabalho e emprego.**

- *Empreenda Jovem*: previsão de qualificação de 1.240 jovens de 18 a 29 anos até o final de 2022, em 28 municípios mineiros.
- *Catadores de materiais recicláveis*: investimento de R\$ 1.980.000,00 para o assessoramento de 1.200 catadores em 30 municípios com vistas à elaboração de um Plano de Coleta Seletiva Solidária e ao fortalecimento da situação jurídica das associações cooperativas de catadores.
- *Qualificação profissional pela Utramig*: em 2022, oferta de 627 vagas em cursos técnicos e profissionalizantes, com um orçamento de R\$ 5.608.850,00.
- *Inclusão digital*: fortalecimento da Ponte Digital do Sine e parceria com as prefeituras para a criação de salas com acesso à internet para quem não possui, com a implantação de nove unidades até maio de 2022.
- *Parceria com o Senac Gratuidade*: Cursos de qualificação profissional para 3.500 pessoas em situação de vulnerabilidade, em 130 municípios.
- *Economia Popular Solidária*: retorno das 15 Feiras Regionais, com 450 empreendimentos.
- *Mapa de Demanda por Educação Profissional*: metodologia de destaque desenvolvida pela Sedese e disponibilizada ao Ministério da Educação e Cultura – MEC – para a utilização em todo o País, visando alinhar a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional à demanda dos diferentes setores econômicos, com 3.110 vagas em cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC – em 2022 e 2023 e 110 mil vagas no Trilhas de Futuro em Minas Gerais.
- **Políticas para mulheres.**
 - *Ônibus Lilás*: três caravanas realizadas (total de 16 desde 2019) e mais de 1.700 participantes entre janeiro e maio de 2022. Perguntada sobre a possibilidade de ampliar essa iniciativa, a secretária afirmou que há essa intenção, porém só após a fase de reparos no veículo (por razões de segurança).
 - *A Vez Delas*: 1º Banco de Empregos Estadual, abrangendo Belo Horizonte, Barão de Cocais, Contagem, Moeda, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Uberlândia, Juatuba e Vespasiano, em parceria com a Câmara de Diretores Lojistas – CDL – de Belo Horizonte e com cooperação da Federação de CDLS – FCDLS. Já foi identificada a necessidade de qualificação das mulheres para compatibilização com as ofertas do Banco, estando em negociação a colaboração da FCDLS e do MPMG em projeto-piloto na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – para tal.
 - *Minas Programando*: 1.620 vagas em novembro de 2021 e 2.000 pessoas, prioritariamente mulheres, atendidas até o fim de 2022.
 - *Cerna*: 757 atendimentos para 133 mulheres, 90 delas novatas, de janeiro a maio de 2022, tendo sido retomado o atendimento presencial em 10 de junho, mas mantido o atendimento virtual,

além da capacitação técnica aos municípios e da articulação em rede. Em face de questionamento acerca de denúncias sobre mau atendimento, a secretária informou que houve a contratação de mais psicólogos, assistentes sociais e advogados, porém, fora da RMBH, sua atuação ocorre por meio de parcerias com os municípios.

- *Campanha Mês da Mulher*: realização de nove *webinários*, alcançando mais de 1.300 pessoas, e parceria com a ALMG na realização do ciclo de debates Sempre Vivas (Mulheres e Política: por representatividade, justiça e respeito).
- *Mulheres no esporte*: mais de 20 mil mulheres nas atividades do Bolsa Atleta, dos Jogos do Interior de Minas Gerais – JIMI –, do JIMI Virtual, dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG – 2019, do E-JEMG 2020/2021 e também contempladas pela Lei de Incentivo.
- *Políticas para crianças órfãs do feminicídio*: questionada sobre esse assunto, a secretária disse da necessidade de mobilização das coordenadorias das políticas para mulheres e para crianças e adolescentes para abordar a questão e desenvolver políticas efetivas, incluindo o desenvolvimento de campanhas.
- *Aumento dos índices de feminicídio durante a pandemia de Covid-19*: também em resposta a questionamento, a secretária esclareceu que, além das articulações entre a Sedese e outros órgãos visando ao acolhimento adequado das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, há políticas e ações estaduais conduzidas por outras instâncias, como o monitoramento em tempo integral dos agressores condenados com base na Lei da Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340, de 2006) feito pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp –, a inauguração da Casa da Mulher Mineira e criação do núcleo especializado em investigação de feminicídios (ambas iniciativas da Polícia Civil de Minas Gerais), parceria da Sejustp e do MPMG em 15 municípios mineiros no projeto Acolhe, atividades do programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – Ceapa – e o Disque 181, para denúncias identificadas ou anônimas.
- **Projeto Percursos Gerais**. Adoção de diversas iniciativas com vistas à autonomia das famílias, com implantação do projeto-piloto em 73 municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDHs – do Estado (67 deles localizados nas regiões Norte, Mucuri e Jequitinhonha), a partir das fases condições básicas (acesso à água de qualidade e segurança alimentar e apoio à produção – sementes e ferramentas), transição (qualificação e assessoramento profissional, qualificação para mulheres, kits de irrigação, ações de esportes para crianças, adolescentes e idosos) e geração de renda. Detalhamento dos dados de cada uma dessas fases, incluindo projeções até o final de 2022 e 2023 e parcerias, em especial com os municípios envolvidos.

- **Segurança alimentar.** Priorização e apoio à estruturação de 17 bancos de alimentos em 2022, ao custo de R\$ 20 mil cada, incluindo *freezers*, armários, caixas, carrinhos de mão, armários e outros itens, a depender do plano de trabalho do município, e edital aditivo a ser publicado em 1º de julho.
- **Habitação.** Foco na regularização fundiária e previsão de entrega de 10.743 títulos de propriedade, por meio da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab – até dezembro de 2022. A secretária foi questionada quanto ao futuro da Cohab e respondeu que houve alguns estudos, mas sem definição, e que sua atuação permanece como antes. Perguntada sobre o papel da Sedese na temática da regularização fundiária, esclareceu que a pasta é responsável pela estratégia da política fundiária. Questionada, ainda, sobre a doação de imóvel de propriedade do Estado localizado em Sete Lagoas para a regularização fundiária da ocupação Cidade de Deus, a titular da Sedese se comprometeu a remarcar a reunião para que processo seja concluído, se possível em tempo hábil, tendo em vista as restrições relativas ao período eleitoral.
- **Políticas sobre drogas.** Elaboração do Plano Integrado de Políticas sobre Drogas, destinado a articular todas as políticas sobre o tema em diversas áreas com foco na prevenção. Ao ser questionada sobre o número de conselhos municipais sobre drogas no Estado, a secretária alegou que não são muitos os conselhos existentes, e se comprometeu a enviar a informação correta a esta Casa e a promover a articulação com os municípios para a formação desses conselhos. Além disso, respondendo a outro questionamento, informou que têm sido realizadas negociações junto à Sejusop para a implementação do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – Funpren –, incluindo a definição dos percentuais a serem destinados tanto à prevenção quanto à fiscalização e repressão.
- **Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Ciptea.** Mais de 3.400 carteiras foram emitidas em 322 municípios e há previsão de atender todas as pessoas com autismo no Estado, com a emissão desse documento nos postos do UAI e no *site* www.cidadao.mg.gov.br.
- **Promoção da cidadania LGBTQIA+.** Inclusão do segmento no Registro de Evento de Defesa Social – Reds – em parceria com a Sejusop (o que possibilitará a construção de bancos de dados de grande relevância), campanha de respeito à diversidade em canal aberto de televisão e *spot* em rádio (parceria com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult) e criação da Comissão Estadual de Políticas de Enfrentamento às Violações Relativas à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero, com vistas inclusive ao desenvolvimento de políticas específicas destinadas ao segmento. Questionada sobre quais ações a Sedese tem implementado para a proteção do segmento, a secretária afirmou que as já citadas são fundamentais e constituem uma grande vitória.

- **População em situação de rua.** Cessão de terreno do Estado para a Pastoral Nacional do Povo da Rua para a implantação de Centro Integrado de Atendimento à População de Rua (Canto de Rua), prevista para 2023, com recursos de R\$ 5 milhões oriundos de emendas parlamentares.
- **Esportes.** Retorno presencial dos JIMI, com a participação de 2.300 jovens acima de 16 anos de 188 municípios, e JEMG em andamento, com 774 municípios inscritos em eventos em 51 cidades-sede em seis regionais, este com ampliação de jogos e do número de participantes. Prevista edição inédita do JIMI Paradesporto em Juiz de Fora, para 200 pessoas com deficiência, e edição do E-JEMG para novembro de 2022. Continuidade do Bolsa Atleta e do Bolsa Técnico em 2022, com 157 beneficiários em 2002 (sendo 104 atletas paralímpicos) e previsão de mais de R\$ 1,7 milhão para o fomento de 28 modalidades esportivas, além da capacitação dos gestores municipais de esporte, principalmente em captação de recursos, e permissão de uso de imóveis da Subsecretaria de Esportes – Subesp – e das federações.
- **Medidas de reparação em Brumadinho e na Bacia do Paraopeba.** Programa de Educação Profissional da Bacia do Paraopeba e fortalecimento dos serviços socioassistenciais municipais, ambos na etapa ordem de início.
- **Planos em elaboração.** Plano Estadual da Primeira Infância, Plano de Enfrentamento à Pobreza (visando abarcar diversas ações e políticas transversais) e I Plano Estadual de Políticas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais.
- **Violência sexual contra crianças e adolescentes.** Ao ser questionada se a Sedese tem condições de realizar de imediato campanhas amplas e permanentes de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, a secretária informou que a Coordenadoria de Defesa da Criança e do Adolescente e a da Mulher vem conversando para criar políticas para crianças vítimas de violência doméstica e que existe previsão de realização de uma campanha após o fim das restrições relacionadas ao período eleitoral.
- **Distribuição de absorventes íntimos em escolas estaduais, unidades básicas de saúde e unidades prisionais.** Perguntada sobre esse assunto, a secretária informou que a Sejussp está produzindo para o sistema prisional e distribuindo nos municípios e a Secretaria de Estado da Educação está deliberando sobre a aquisição, com a participação da Sedese.
- **Investimento do Estado na área social e financiamento da política de assistência social.** Houve ponderações, por parte de alguns dos parlamentares presentes, sobre o baixo investimento do Estado na área social, com cobertura insuficiente dos programas, em contraposição ao agravamento das condições socioeconômicas da população. Ressaltou-se a necessidade de o Estado priorizar recursos ordinários para o financiamento de uma política social mais robusta, com a implantação de

um programa de transferência de renda permanente. A secretária se comprometeu a considerar essas questões no Plano de Enfrentamento à Pobreza que está sendo elaborado e observou que existe um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional visando vincular 0,1% da receita da União à política de assistência social.

IV – Compromissos e encaminhamentos

COMPROMISSOS

Compromissos/posicionamentos da secretária:

- Realização de campanha de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, após as restrições do período eleitoral.
- Ampliação do projeto Ônibus Lilás.
- Realização da reunião destinada à conclusão do processo de doação de imóvel de propriedade do Estado localizado em Sete Lagoas para a regularização fundiária da ocupação Cidade de Deus, se possível em tempo hábil, tendo em vista as restrições relativas ao período eleitoral.
- Envio a esta Casa de informações a respeito do número total de conselhos municipais sobre drogas no Estado, além da articulação com os municípios para incentivar a formação desses conselhos.
- Avaliação da possibilidade de inclusão, no Plano de Enfrentamento à Pobreza, de previsão de recursos ordinários para as políticas de enfrentamento à pobreza no Estado, além da inclusão de ações e políticas transversais.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamentos parlamentares:

RQN 11.495/2022: pedido de informações à titular da Sedese acerca dos motivos que ensejaram a demora na assinatura do Acordo de Cooperação que objetiva a doação do imóvel de propriedade do Estado para extinção do processo de reintegração de posse nº 500719-742020-8.13.0672 e a consequente doação à ocupação Cidade de Deus.

RQN 11.496/2022: pedido de informações à titular da Sedese sobre as ações para regulamentar a transferência permanente de renda para a população extremamente pobre e viabilizar recursos para um programa dessa natureza, bem como sobre o andamento e atual etapa de elaboração do Plano Estadual de Combate à Extrema Pobreza.

RQN 11.497/2022: pedido de providências à Sedese para garantia, no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e na Lei Orçamentária Anual – LOA –, dos recursos necessários à ampliação dos Centros de Referência de Direitos Humanos no Estado no ano de 2023.

RQN 11.498/2022: pedido de informações à titular da Sedese acerca das políticas existentes para acesso à terra e à moradia culturalmente adequadas para os povos ciganos de Minas Gerais.

RQN 11.499/2022: pedido de informações à titular da Sedese acerca das providências tomadas para o acompanhamento das famílias do Morro do Papagaio, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, que estão em processo de desapropriação, por residirem próximo às redes de transmissão de alta tensão da Cemig.

RQN 11.500/2022: pedido de informações à titular da Sedese acerca de quais providências serão tomadas para sanar possíveis violações de direitos humanos à moradia e à vida decorrentes do fim da suspensão dos despejos referente à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental –

ADPF – nº 828, previsto para o dia 31/10/2022.

RQN 11.501/2022: pedido de informações à titular da Sedese sobre a quantidade de conselhos municipais de políticas sobre drogas existentes no Estado.

RQN 11.502/2022: pedido de informações à titular da Sedese acerca do "status" de implementação do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – Funpren –, em particular no tocante ao repasse de recursos para a Sedese, a fim de se implementar políticas de prevenção ao uso e abuso de drogas, haja vista essa informação já ter sido solicitada anteriormente, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, sem o exato recebimento dos dados solicitados.

RQN 11.503/2022: pedido de informações à titular da Sedese sobre quais providências serão tomadas, em conjunto com o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, para assegurar a continuidade da Feira do Metropolitano, em Ribeirão das Neves, onde 16 barracas foram removidas e destruídas no dia 28/6/2022, salientando-se que a feira promove a economia local e se tornou fonte de sustento para inúmeras famílias da região.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2022.

Deputada Ana Paula Siqueira

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher